

REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO

SERVIÇOS DE AMARRAÇÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Objeto

1. O presente regulamento contém as disposições fundamentais a observar pela entidade licenciada para a prestação de serviços de amarração no porto de Sines e visa disciplinar as atividades previstas na licença.
2. As atividades previstas na licença consistem no seguinte:
 - a) prestação de serviços de amarração a embarcações e navios, mediante solicitação destes, excetuando-se os que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel;
 - b) prestação de serviços, mediante solicitação da autoridade portuária ou de outros operadores económicos, na área de jurisdição do porto;
 - c) prestação de serviços de apoio a operações de manutenção na área portuária que possam ser efetuados pelos equipamentos e pessoal afetos à licença;
 - d) prestação de serviços de apoio em situações de emergência;
 - e) participação no combate a incêndios e à poluição marítima que possam ocorrer na área portuária.
3. Cada serviço de amarração é requisitado a uma única entidade prestadora, a qual é responsável pela prestação do serviço e pela faturação do valor total do mesmo, independentemente da eventual utilização de meios de terceiros aprovados pela Administração do Porto de Sines, S.A., doravante também designada por APS.
4. O presente regulamento estará subordinado aos regulamentos e normas gerais do porto de Sines, prevalecendo aqueles em caso de dúvida e/ou contradição.

Artigo 2º Competência

Na sua área de jurisdição, a APS tem competência, nomeadamente, para:

- a) zelar pelo cumprimento da lei em vigor e aplicar sanções nela prevista;
- b) fiscalizar atividades desenvolvidas pelas licenciadas;
- c) fixar as taxas máximas a cobrar pela utilização dos serviços;
- d) regular o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Artigo 3º

Segurança e Ambiente

1. A licenciada e/ou os seus agentes, enquanto permanecerem na área de jurisdição portuária, são obrigados a cumprir as normas e regulamentos da APS, o estabelecido nos editais da Capitania do Porto de Sines e demais legislação aplicável.
2. A licenciada ficará inserida nos planos de emergência das autoridades marítima e portuária, participando, nas condições que vierem a ser estabelecidas, nos exercícios, treinos e ações reais.
3. Os serviços de segurança e ambiente serão sempre requisitados pela autoridade portuária.

Artigo 4º

Responsabilidade

A APS não assume qualquer responsabilidade por perdas, danos, acidentes ou avarias causadas por inobservância das disposições deste ou de outros regulamentos ou falta de precaução de todos aqueles que, em serviço ou não, frequentem os recintos portuários.

Artigo 5º

Danos em instalações e equipamentos

1. A reparação de avarias ou estragos, culposamente causados pela licenciada em equipamentos ou quaisquer bens da APS, será efetuada pelos respetivos responsáveis sob fiscalização técnica da APS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a APS notifica o causador ou seu representante, fixando-lhe prazo para a reparação e, sempre que possível, indicará o custo orçamentado para a realização do serviço.
3. No caso de o responsável não querer ou não fazer a reparação no prazo fixado, esta é executada pela APS, correndo as despesas por conta daquele.

Artigo 6º

Horário de funcionamento

1. Os serviços funcionarão de modo a que possa ser prestado um serviço regular e

contínuo ao longo das 24 horas do dia e de todos os dias do ano.

2. A licenciada designará um coordenador operacional, fornecendo à APS os modos de contacto com o mesmo, que assegurará todas as ações de forma a satisfazer as necessidades requeridas pelas autoridades marítima e portuária, em termos dos serviços a prestar e ainda em termos da segurança do porto e suas instalações.
3. Os serviços serão requisitados conforme previsto no Regulamento de Exploração do porto de Sines e normas complementares, pelas formas que estiverem estabelecidas e em vigor.

Artigo 7º

Navegação e manobras

A navegação e as manobras das embarcações efetuam-se de acordo com as instruções emanadas pela APS e pela Capitania do Porto de Sines, em acordo com as normas nacionais e internacionais de segurança marítima em vigor.

CAPÍTULO II

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Artigo 8º

Ativação dos meios

1. Os serviços da APS confirmarão a hora do serviço, pelos meios previstos, competindo à licenciada a ativação dos meios necessários – pessoal, lanchas e equipamentos – previstos nas normas em vigor.
2. A licenciada é responsável pelo transporte do pessoal que está afeto à licença, do modo e com os meios que julgar mais adequados para o efeito, de forma a garantir, nos tempos fixados, o cumprimento da prestação dos serviços.
3. Para o serviço de amarração na atracação de navios não são consideradas manobras em sequência, uma vez que este serviço, para além da manobra de atracação, tem que estabelecer meios de acesso ao navio. Deste modo, se lhe forem requisitadas duas manobras seguidas em que a primeira é de atracação, deve ser garantida uma segunda equipa para responder à segunda manobra.

Artigo 9º

Ligação ao sistema de gestão portuária

1. A licenciada compromete-se a estabelecer e a manter ligação à aplicação

informática de gestão portuária, atualmente a JUP II (Janela Única Portuária).

2. Compete à licenciada efetuar, em tempo, os registos dos dados que respeitam aos serviços efetuados. Sem estes registos as unidades ou equipas são dadas como indisponíveis e não podem ser convocadas para outras manobras.

Artigo 10º

Obrigatoriedade de utilização de amarração

A utilização das equipas de amarração para o serviço de manobras de navios dentro da área de exploração portuária será efetuada de acordo com o previsto no Regulamento de Exploração do porto de Sines e normas complementares.

CAPÍTULO III

INTERESSE PORTUÁRIO

Artigo 11º

Interesse portuário

A aplicação das normas contidas no presente regulamento e em regulamentação complementar poderá ser prejudicada sempre que o interesse portuário, nos termos previstos no Regulamento de Exploração do porto de Sines, o justifique e seja evocado pela autoridade portuária.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 12º

Resíduos

1. A licenciada obriga-se ao cumprimento das normas e regulamentos em vigor na área de jurisdição da APS.
2. A remoção de lixos e/ou de resíduos, resultantes da normal operação das embarcações e equipamentos afetos ou ao serviço da licença, é da responsabilidade da licenciada.
3. A remoção de lixos ou de resíduos, resultantes da realização de obras e trabalhos efetuados nas embarcações, equipamentos e instalações afetas ou ao serviço da licença, é da responsabilidade da licenciada, ainda que os mesmos sejam efetuados por terceiros.

Artigo 13º

Fornecimentos e serviços

1. As embarcações ou instalações afetas ou ao serviço da licença podem utilizar as facilidades concedidas pela APS ou por outras entidades autorizadas para o fornecimento de água potável, combustíveis, energia elétrica e outros, devendo estes ser requisitados e efetuados de acordo com as condições que estiverem estabelecidas.
2. As lanchas que, para receberem o fornecimento requerido, necessitem de se deslocar e/ou utilizar alguma das infraestruturas do porto, deverão contactar, em tempo, o CCT, através dos meios estabelecidos, para solicitarem a respetiva autorização.
3. Os custos do fornecimento dos serviços serão de acordo com o Regulamento de Tarifas da APS e/ou das entidades concessionárias ou licenciadas, devendo os recibos referentes ao fornecimento serem assinados pelo representante da licenciada.

Artigo 14º

Estacionamento das embarcações

1. O estacionamento das unidades afetas ou ao serviço da licença serão sempre efetuados nos locais adequados que lhes forem destinados pela APS, podendo esta, a todo o tempo, destinar para tal outros locais igualmente adequados, ainda que temporariamente, em função das alterações que se verifiquem na área portuária ou quando interesses comerciais do porto o justifiquem, sendo os custos destas mudanças da exclusiva responsabilidade da licenciada.
2. As embarcações, enquanto se encontrem na área portuária, disporão de vigia com contacto permanente.

CAPÍTULO V QUALIDADE

Artigo 15º

Qualidade

A licenciada obriga-se a prosseguir os princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da APS.

Artigo 16º

Protestos e reclamações

1. A licenciada obriga-se a dar conhecimento aos serviços da APS de todos os protestos e reclamações que receber, bem como da resposta aos mesmos, mantendo registos atualizados.
2. Os dados farão parte dos indicadores que a licenciada se obriga a fornecer trimestralmente à APS.

Artigo 17º

Indicadores de gestão

A licenciada fornecerá trimestralmente à APS dados estatísticos, onde constarão os seguintes indicadores:

- a. Número e tipo de serviços – efetuados, cancelados, etc.;
- b. Tempos – à ordem, em serviço, etc.;
- c. Atrasos – da licenciada, de outros;
- d. Protestos e reclamações – recebidos, emitidos;
- e. Outros que a licenciada entenda úteis ou que venham a ser solicitados pela Autoridade Portuária.